

BALANÇO DE 1 ANO DE GESTÃO

APRESENTAÇÃO

A gestão do Ministro Gilmar Mendes à frente do Conselho Nacional de Justiça chega ao seu primeiro ano marcada pela luta em favor da modernização e de mais eficiência do judiciário. Neste contexto, a Justiça se pautou por uma nova agenda na qual a racionalização dos investimentos foi acompanhada de iniciativas concretas visando à solução de problemas crônicos da Justiça.

Os números dão conta do tamanho deste desafio. Segundo dados do CNJ, no ano de 2007, tramitaram no Poder Judiciário brasileiro cerca de 68 milhões de processos, o que representava mais de uma demanda para cada 2,5 habitantes. Ou seja, o País também enfrenta uma cultura judicializante sempre a exigir estruturas cada vez maiores para a prestação jurisdicional.

O caminho encontrado foi o do diálogo e da cooperação com governos e com entidades da sociedade civil, baseado nos direitos e liberdades individuais e na efetividade das leis brasileiras. E um dos principais resultados foi o compromisso firmado pelos presidentes de todos os tribunais no último Encontro Nacional do Judiciário, realizado em fevereiro, em Belo Horizonte, para implementar a gestão estratégica na Justiça.

Este relatório visa informar, de maneira reduzida, o quanto o Conselho Nacional de Justiça realizou ao longo dos últimos doze meses.

GESTÃO ESTRATÉGICA





Mesmo em tão curto tempo, notórias já se afiguram as conquistas alcançadas pela atuação firme deste Conselho, a exemplo da proibição do nepotismo no âmbito do Judiciário, da obrigatoriedade do atendimento ao teto salarial, da definição de critérios de promoção e fixação de juízes. O efeito moralizador de tais medidas, a par de fortalecer a credibilidade das instituições, mostrou que o órgão, mais do que mero censor, veio para se tornar um importante interlocutor dos tribunais, ao contribuir criticamente para a avaliação, a reestruturação e a reorganização do serviço público de prestação da justiça.

Ministro Gilmar Mendes – Discurso de Posse em 26 de março de 2008

JUDICIÁRIO MAIS EFICIENTE E AO ALCANCE DOS CIDADÃOS

Em um ano à frente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministro Gilmar Mendes liderou um processo de diálogo com todos os tribunais brasileiros que resultou na definição de um caminho e no compromisso de atuação conjunta para tornar o judiciário mais eficiente, moderno e ao alcance do cidadão.

O primeiro passo foi chamar a Brasília, em agosto do ano passado, os presidentes dos tribunais de todos os segmentos do judiciário para juntos discutirem soluções e compartilharem experiências. O 1º Encontro Nacional do Judiciário foi seguido de encontros regionais, nos quais as instituições apontaram problemas e ofereceram um banco de soluções.

Em fevereiro de 2009, essa iniciativa re-

sultou no compromisso institucional de todos os presidentes de tribunais presentes no 2º Encontro Nacional do Judiciário com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário. Nas palavras do Presidente do CNJ, essa atitude vai mudar a imagem da Justiça brasileira “de ícone da burocracia letárgica, para ingressar, em curto espaço de tempo, na era da modernização definitiva, em que a efetividade e a transparência deixem de ser metas para se tornarem fatos”. E os fatos não demoram a aparecer:

PODER JUDICIÁRIO NACIONAL TERÁ QUE CUMPRIR 10 METAS ATÉ O FINAL DO ANO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou, durante o 2º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Belo Horizonte, dez metas que deverão ser cumpridas por todos os tribunais do país até o final do ano e que serão im-

plantadas a partir deste mês. As metas foram aprovadas pelo plenário composto pelos presidentes dos Tribunais da Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, do Trabalho, Militar e dos Tribunais Superiores, além de representantes de associações de magistrados.

Entre as metas anunciadas pelo ministro Gilmar Mendes, estava o compromisso dos tribunais para identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos até o dia 31 de dezembro de 2005, em 1º e 2º graus ou tribunais superiores. De 67 milhões de processos existentes na Justiça, o CNJ espera que entre 40 e 50 milhões sejam julgados.

Na ocasião, o ministro reconheceu ser esse item o que causa maior preocupação e conclamou todos a envidar esforços e fazer mutirões institucionais para superar o desafio. Ele justificou a proposta alegando a necessidade de “concretização do comando constitucional da duração razoável do processo e de

priorização dos mais antigos de forma a fomentar uma política de redução do tempo de tramitação”.

O ministro também propôs que, a partir de agora, os presidentes adotem em cada Tribunal um plano plurianual que deve ser cumprido a cada cinco anos

para evitar processo de descontinuidade. Ao final do Encontro, o ministro Gilmar Mendes enfatizou o compromisso da magistratura para aprimorar o Judiciário “que nós, unidos, tenhamos a força para enfrentar os grandes desafios da prestação da Justiça, por meio de ações concretas”.

infraestrutura e tecnologia. E, por fim, orçamento, a fim de assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia. Caberá, portanto, ao CNJ e aos tribunais elaborar seus respectivos planejamentos alinhados ao Plano Estratégico Nacional, que prevê ações para um mínimo de cinco anos.

O Conselho também manterá disponível no seu portal na internet (www.cnj.jus.br) o “Banco de Boas Práticas de Gestão”, para promover a divulgação e o compartilhamento de projetos e ações desenvolvidos pelos tribunais. A resolução prevê ainda que a presidência do CNJ instituirá e regulamentará um comitê gestor nacional para auxiliar as atividades de planejamento e gestão estratégica do Judiciário.

MAPA ESTRATÉGICO

O CNJ inicia já neste primeiro semestre a discussão com todos os tribunais e a validação das ações que consolidarão o chamado “Mapa Estratégico do Poder Judiciário”, programa considerado o destaque do 2º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em 16/02, em Belo Horizonte (MG), com a presença de representantes de todos os tribunais. O trabalho traz 15 objetivos estratégicos subdivididos em oito temas principais, estruturados no formato de um mapa. Os temas compreendem eficiência operacional, melhor acesso ao sistema de Justiça, responsabilidade social, alinhamento e integração entre os tribunais.

Além de melhor atuação institucional, gestão de pessoas, infraestrutura, adoção de tecnologias apropriadas e orçamento – item, este, que prevê a garantia de recursos necessários para a execução da estratégia, a ser implementada ao longo dos próximos cinco anos. A intenção do CNJ é de, por meio da definição dos objetivos e linhas comuns de atuação propostas pelo referido mapa, fazer com que todos os órgãos do Poder Judiciário atuem de forma integrada. Assim, será possível uma melhor prestação de serviços judiciais baseada na excelência, transparência, ética, celeridade, modernidade, responsabilidade social, imparcialidade e probidade.

As 10 metas nacionais de nivelamento a serem alcançadas pelo Judiciário no ano de 2009

1. Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial.

2. Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).

3. Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (internet).

4. Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos.

5. Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.

6. Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas.

7. Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.

8. Cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud).

9. Implantar núcleo de controle interno.

10. Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

RESOLUÇÃO DO CNJ DISPÕE SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO JUDICIÁRIO

Para que as metas nacionais de nivelamento sejam atingidas, o ministro Gilmar Mendes propôs resolução que define prazos e condições mínimas de planejamento para os tribunais. Um mês depois, o pleno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou o normativo que dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Judiciário.

De acordo com o teor da resolução, o planejamento estratégico ressalta a missão do Judiciário de realizar justiça e a visão de fazer com que tal Poder seja reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

Temas - A resolução norteia o planejamento em 15 objetivos estratégicos, distribuídos em oito temas específicos. São estes: eficiência operacional; acesso ao sistema de Justiça; responsabilidade social; alinhamento e integração; atuação institucional; gestão de pessoas;

JUSTIÇA EM NÚMEROS

CNJ revela o Judiciário brasileiro

Além de apontar caminhos, os últimos 12 meses também serviram para consolidar uma das principais missões do Conselho Nacional de Justiça, que é a de revelar a real situação da administração do judiciário brasileiro. Durante este primeiro ano foram levantadas inúmeras informações nos tribunais para se conhecer a realidade brasileira e posteriormente estabelecer rumos. Destacam-se os seguintes levantamentos:

- **Justiça Aberta** permite a elaboração de relatórios sobre o Poder Judiciário ao acompanhar a produtividade dos magistrados de forma sistemática e contextualizada em todo o território nacional;
- **Relatório Justiça em Números** aperfeiçoou os dados constantes nos anos anteriores e fez uma análise descritiva dos dados levantados em 2007.

O objetivo do CNJ é que os dados desses dois sistemas sirvam como referência para a criação de uma cultura de planejamento e gestão estratégica. Graças ao Justiça em Números é possível, por exemplo, fornecer bases para construção de políticas de gestão e possibilitar a avaliação da necessidade de criação de cargos e funções. O estudo também enumera relação de despesas com pessoal, recolhimentos e receitas, informática, taxa de congestionamento e carga de trabalho dos juízes. Os números são encaminhados semestralmente pelos magistrados.

O relatório Justiça em Números foi divulgado em fevereiro deste ano pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes. O estudo revelou que existiam 67,7 milhões de processos em tramitação na Justiça Brasileira. A maior parte deles, 54,8 milhões (80%), estava concentrada na Justiça Estadual, que apresentou taxa de congestionamento de 74%. O indicador mostra que, por exemplo, de cada 100 processos em tramitação (novos ou antigos), 74 não foram julgados no ano em análise da pesquisa.

Entre outras informações, a pesquisa traz dados sobre processos distribu-

ídos e processos julgados, número de cargos de juízes ocupados e ainda o número de habitantes atendidos por juiz. Os dados se referem ao ano de 2007 e mostram números da Justiça Federal, do Trabalho e dos Estados. Esta é a 5ª edição do Justiça em Números, divulgada anualmente pelo CNJ desde 2005. Nos últimos meses, o processo de captação, apuração e análise dos dados foi reformulado, ao mesmo tempo em que toda a base de dados disponível até o momento foi revista e submetida a um rigoroso controle técnico.

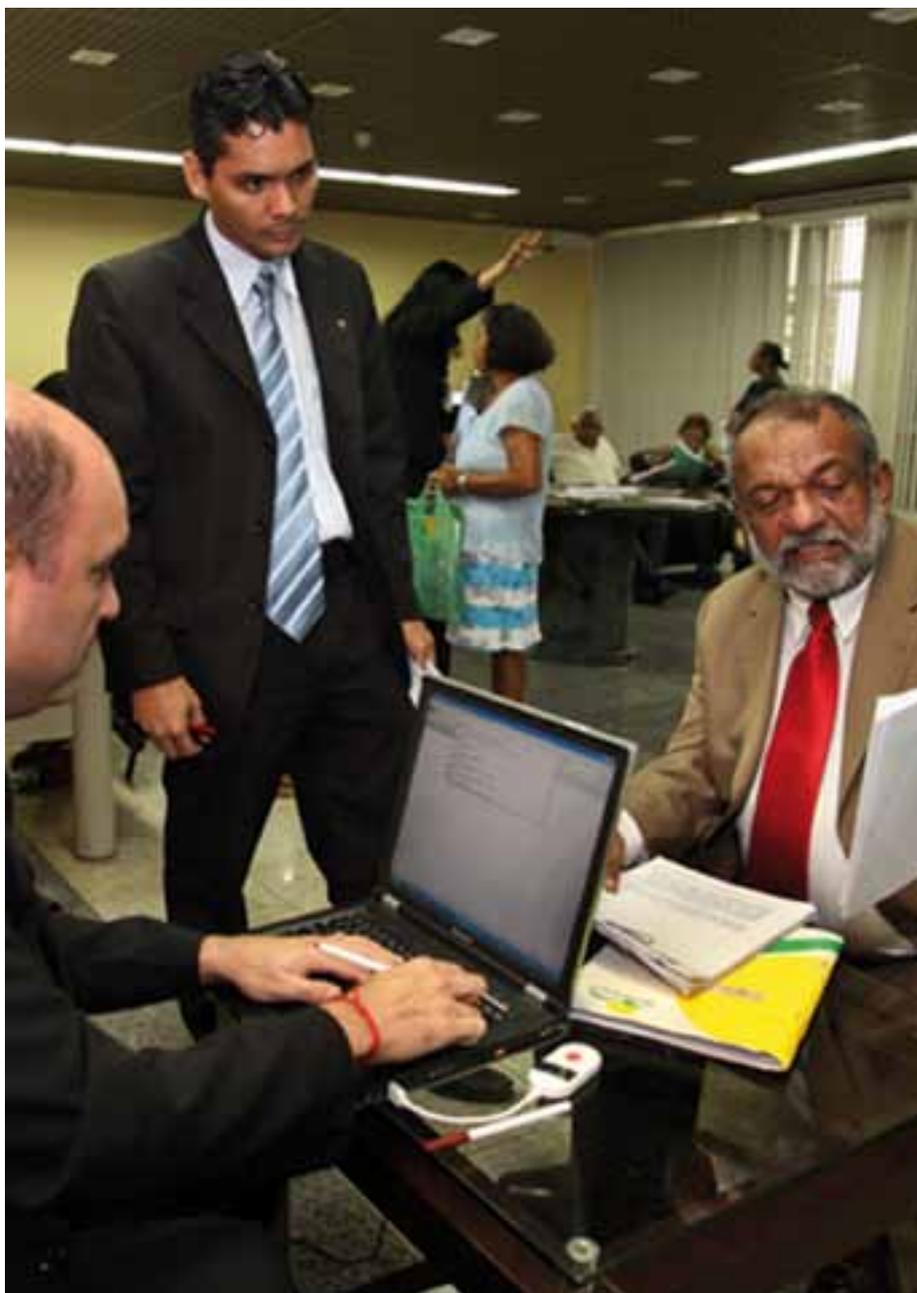
De acordo com o Departamento de Pesquisa Judiciária do CNJ, setor responsável pela consolidação das informações, a pesquisa permite a avaliação dos tribunais em relação à quantidade de processos, questão financeira e o acesso

à Justiça. Avalia ainda o perfil de cada região e Estado, com base nas informações sobre população e economia.

Já o sistema Justiça Aberta traz o acompanhamento mensal do desempenho de cada juiz brasileiro, com dados, tais como o número de audiências marcadas e realizadas, o total de despachos proferidos, entre outros. O sistema está aberto à consulta por parte da população no site do CNJ.

COERÊNCIA NA HORA DE DECIDIR

Com mais e melhores informações e, principalmente, com a colaboração de todos os tribunais, o Conselho Nacional de Justiça mostrou que é possível





colocar em prática projetos e programas que podem mudar a gestão do Judiciário, como os mutirões carcerários, as inspeções e audiências públicas, os mutirões dos processos, a instalação de casas de cidadania e dos núcleos de advocacia voluntária.

O Conselho mostra que é possível agir, construir programas e estimular a modernização, sem que, para isso, precise abrir mão da austeridade com os gastos públicos, ainda mais em um momento de crise financeira internacional.

Decisão economiza R\$100 milhões

No ano passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu pela economia, em 2008, de R\$100 milhões aos cofres públicos após negar a criação de 1.288 novos cargos para o Judiciário. Isso foi possível com base em pareceres técnicos aprovados pelo plenário do CNJ sobre 14 anteprojetos de lei que previam a criação de novos cargos para o Poder Judiciário.

Os pareceres foram elaborados pelo Comitê Técnico de Apoio (CTA) do CNJ. O plenário do CNJ recomendou ao Congresso Nacional quase 80% de corte do total previsto nos anteprojetos. A demanda por novos cargos foi estudada pelo CTA, levando-se em conta 18 critérios que mostram a necessidade de pessoal dos Tribunais. As análises consideraram o nível de eficiência do tribunal, além dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os critérios foram adotados desde setembro de 2008, seguindo orientação

do presidente do CNJ, que determinou como prioridade a melhoria dos procedimentos no trabalho em detrimento da ampliação do número de magistrados e do quadro de pessoal, além de garantir o acesso à Justiça.

Diárias para magistrados e servidores do Judiciário serão regulamentadas

O CNJ vai elaborar uma resolução para regulamentar o pagamento de diárias concedidas a magistrados e servidores do Judiciário. A decisão foi tomada para dar maior transparência e moralidade a este assunto, estabelecendo critérios objetivos a serem adotados.

O Conselheiro Técio Lins e Silva propôs que a Comissão de Prerrogativas na Carreira da Magistratura do CNJ - que é presidida pelo Conselheiro Ministro João Oreste Dalazen - avalie os termos da referida resolução, a fim de elaborar uma minuta a ser submetida à consulta pública e, posteriormente, à apreciação por parte do Conselho. O voto do relator foi aprovado por unanimidade pelos demais integrantes do CNJ.

Resolução do CNJ vai regulamentar uso de carros oficiais nos Tribunais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai regulamentar, por meio de resolução, o uso de veículos oficiais nos tribunais estaduais e regionais de todo o país. A medida foi aprovada pela maioria dos conselheiros.

Nova resolução do CNJ vai disciplinar avaliação de matérias orçamen-

tárias para órgãos do Judiciário

O CNJ aprovou resolução referente ao encaminhamento de proposta orçamentária dos órgãos do Poder Judiciário. O objetivo da resolução é disciplinar, em caráter permanente, a tramitação de matérias legislativas que envolvam alterações no Orçamento do Judiciário e que, por esse motivo, precisam ser avaliadas quanto ao mérito pelo CNJ para, somente após essa aprovação, serem encaminhadas de volta ao Congresso.

Remoção e promoção de magistrados poderão ser regulamentadas pelo CNJ

O CNJ está estudando a criação de medidas que regulamentem a remoção e promoção de juizes. A idéia é aprovar critérios mais rigorosos. Uma das propostas é fazer com que os Juizados Especiais sejam ocupados por magistrados com qualificação e vocação adequadas para lidar com os temas que deverão julgar.

De fato, assim como não se pode admitir a atuação do Supremo Tribunal Federal como quarta instância, também cabe frear os impulsos daqueles que enxergam o Conselho unicamente como uma toda poderosa Corregedoria-Geral do Judiciário ou, por ridículo que seja, um tirânico Tribunal de Inquisição contra a magistratura pátria.

*Ministro Gilmar Mendes –
Discurso de Posse em 26 de
março de 2008*

O CNJ não se fez para simplesmente suprir a atuação deficitária das corregedorias. Muito mais do que isto, há aqui uma relação de cooperação e de subsidiariedade. Abandonemos de vez o errôneo entendimento de que sempre será necessário um super órgão que obrigue as instâncias inferiores a bem cumprir as próprias obrigações funcionais.

Ao assumir o CNJ, o ministro Gilmar Mendes havia alertado para o fato de que, a fim de bem desempenhar as funções que lhe são pertinentes, o Conselho deveria fixar metas e eliminar entaves burocráticos ou de qualquer

ordem, além de zelar, de modo amplo, pela qualidade da prestação da atividade jurisdicional.

Tal preocupação, fundamental para tornar efetivo o processo de mudança na gestão da Justiça, é que norteia a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça, especialmente na realização das inspeções e audiências públicas nos tribunais brasileiros.

Dotado com novos sistemas de acompanhamento e avaliação do trabalho dos juízes, o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Gilson Dipp, decidiu ir in loco observar a realidade dos tribunais, colher sugestões e críticas. O resultado é tanto a aproximação da Justiça com os cidadãos, como também o estabelecimento de melhorias imediatas nas administrações do Judiciário.

Até o momento, foram realizadas audiências públicas em oito tribunais: os estaduais da Bahia, Maranhão, Pará, Piauí, Mato Grosso e Amazonas, o da Justiça Militar do Rio Grande do Sul e os órgãos da primeira instância da Justiça Federal em Belo Horizonte.

INSPEÇÕES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA CORREGEDORIA

Piauí - Na última semana do Carnaval, juízes auxiliares e funcionários da Corregedoria Nacional de Justiça visitaram varas, juizados e cartórios para realizar uma inspeção no Tribunal de Justiça do Piauí. Os trabalhos começaram quase no mesmo momento em que o Corregedor Nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, realizava a audiência pública, que foi aberta pelo Ministro Gilmar Mendes, presidente do CNJ.

As audiências fazem parte do trabalho de inspeção do Judiciário realizado pelo CNJ. Mais de 100 pessoas foram ouvidas em audiência pública no Piauí.

Bahia - Uma equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estará na Bahia nos dias 12 e 13 de abril, para verificar se o Tribunal de Justiça do Estado (TJBA) está cumprindo as recomendações feitas pela Corregedoria para melhorar o atendimento ao cidadão baiano.



As medidas propostas ao TJBA são fruto da inspeção preventiva realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça no Judiciário local, entre os dias 15 e 17 de outubro do ano passado. O CNJ encontrou mais de 40 problemas na Justiça baiana relacionados ao gerenciamento de cartórios, morosidade, falta de qualificação dos servidores e deficiências na organização dos procedimentos administrativos.

Justiça Federal – Nesta última semana de março, a Corregedoria fez inspeção nos órgãos de primeira instância da Justiça Federal, em Belo Horizonte (MG). A inspeção é a primeira realizada pela Corregedoria em um órgão do Judiciário Federal. O foco principal era o serviço prestado pelos Juizados Especiais Federais de Belo Horizonte, relacionado, principalmente, a causas previdenciárias. O trabalho visa a atender as reivindicações encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), devido à morosidade no andamento dos processos.

Pará - O relatório final sobre a inspeção no Judiciário do Pará foi aprovado no mês de março pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A inspeção preventiva, realizada entre os dias 17 e 20 de dezembro, resultou na elaboração de um documento de 60 páginas que elencou diversos problemas no funcionamento da justiça do Estado.

O relatório apontou problemas como: indícios de nepotismo, direcionamento na distribuição dos processos, dificuldades no cumprimento de mandados judiciais, escassez de servidores, alta rotatividade de juízes, entre outros. De

acordo com o ministro, a falta de servidores é mais grave na Justiça de 1º grau.

Amazonas - Também neste mês de março a Corregedoria Nacional de Justiça realizou em Manaus (AM) a segunda parte da inspeção no Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM). Diante da extensão geográfica do Estado, não foi possível realizar toda a inspeção na primeira etapa, realizada entre 9 e 13 de fevereiro, quando a equipe esteve em Manaus.

Em audiência pública, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recebeu demandas da sociedade sobre o funcionamento da Justiça de 1º e 2º graus naquele Estado. As informações vão complementar o trabalho de inspeção.

Mato Grosso - A Corregedoria determinou a realização de inspeção no Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT) para apuração de irregularidades no pagamento de créditos a magistrados do TJMT. A inspeção começou no dia 24 de março e foi motivada por duas reclamações disciplinares que chegaram ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em 30 dias, as conclusões da inspeção deverão ser apresentadas.

Tribunal de Justiça Militar do RS - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou em fevereiro o relatório da Corregedoria Nacional de Justiça sobre inspeção realizada na Justiça Militar Estadual do Rio Grande do Sul nos dias 9 e 10 de dezembro de 2008. O trabalho constatou sérios problemas no funcionamento do Tribunal de Justiça Militar Estadual (TJMRS), como a falta de transparência na distribuição dos processos, morosidade, indícios de nepotismo e remuneração

rações acima do teto constitucional. Veja aqui a íntegra do relatório.

Para sanar os problemas detectados no órgão, o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Gilson Dipp, propôs a adoção de 11 medidas. Entre elas, a implantação de sistema informatizado para controle dos processos, o estabelecimento de regras para assegurar aos servidores de carreira o acesso às funções de confiança, a realização de concurso público, a exoneração de servidores que incorram em prática de nepotismo e o esclarecimento, em 30 dias, dos pagamentos efetuados acima do limite constitucional de R\$ 24,5 mil.

Maranhão - O relatório conclusivo da inspeção feita pela Corregedoria Nacional de Justiça no Tribunal de Justiça do Maranhão foi aprovado pelo plenário do CNJ em janeiro. O documento revelou que muitos dos 144 militares requisitados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão prestam serviços nas residências de desembargadores, apesar da falta de segurança constatada em muitas das varas inspecionadas.

Diante de uma série de problemas apurados, o corregedor propôs 39 medidas iniciais que devem ser adotadas, com o objetivo de garantir a eficiência do serviço prestado ao cidadão maranhense. Entre elas está a instauração de sindicâncias, pela Corregedoria Nacional, para apurar a existência de funcionários-fantasmas no Tribunal e o favorecimento a processos.

GRUPO VOLANTE

Mutirão de assistência judiciária

Ao abrir a audiência pública no Piauí, o Ministro Gilmar Mendes esclareceu, naquela ocasião, que a inspeção realizada no Judiciário estadual não deveria ser encarada como medida de repressão, já que o objetivo do CNJ de trabalhar com a Justiça local é melhorar o sistema Judiciário. Para tanto, criou, por meio de portaria, o Grupo Volante de Apoio à Justiça nos Estados, formado por juízes e servidores do CNJ. Na semana seguinte, o Piauí foi o primeiro Estado a ser visitado pelo Grupo, que permanece no local desde o dia 09 de março.

Já em abril, o Grupo vai realizar o Mutirão da Assistência Judiciária no Piauí. O objetivo é garantir o julgamento de 1.000 processos na Vara de Assistência Judiciária, com prioridade para ações de alimentos e separações, cujas audiências não foram designadas ou estão marcadas para 2010.

Com o mutirão será possível zerar a pauta de processos na assistência judiciária do Piauí até o final do ano.

MELHORIAS DE GESTÃO

Mais iniciativas, mais resultados

Além da aplicação de novas tecnologias como instrumentos de modernização e melhora na administração interna dos tribunais, o Conselho priorizou outros instrumentos, no que tange à melhora na gestão de rotinas administrativas e na prestação jurisdicional, bem como ao combate à morosidade. Nesse sentido, destacam-se os seguintes instrumentos:

- **O Movimento pela Conciliação** objetiva tornar a Justiça mais rápida e efetiva. Ele incentiva a solução de conflitos por meio da conciliação, estimulando a cultura do diálogo. Em dezembro, a Semana da Conciliação atingiu o percentual de acordos de 44,3%, e os valores homologados, totalizaram R\$ 974.141.660,43. Outra ação importante no campo da conciliação foi o acordo de cooperação firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, a Advocacia-Geral da União e o Ministério da Previdência Social que criou o Grupo Previdenciário. A principal realização do grupo foram mutirões que solucionaram mais de 100.000 processos.

O ano de 2009 foi escolhido pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, como um marco para as ações de conciliação no âmbito do Judiciário. A medida faz parte da tentativa de reduzir o grande estoque de processos da justiça brasileira. Segundo dados da pesquisa Justiça em Números, em 2007 existiam 67,7 milhões de processos em tramitação no país. De acordo com as metas propostas para

o Judiciário nesse ano, o CNJ espera que os tribunais consigam reduzir cerca de 40 milhões de processos.

- **Gestão Socioambiental** - Foi criada a "Lista Ambiental" com o objetivo de promover uma linha de atuação mais convergente e interativa na área de gestão socioambiental perante o Poder Judiciário. A lista conta com 181 contatos de representantes em todas as 27 Unidades da Federação. Ela facilita a troca de experiências e a análise dos problemas encontrados pelos Tribunais na implantação de novas ações de caráter socioambiental. Um dos resultados do intercâmbio foi a elaboração de um documento, em que constam as ações, os projetos e os programas já realizados pelos Tribunais nessa área. As ações são norteadas pela Recomendação nº 11 do CNJ, que sugere a adoção de políticas públicas para a formação e a recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado pelos Tribunais, além da conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente.
- **Gestão Documental** - O CNJ lançou o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname). O aumento da produção documental do Poder Judiciário tem sido acompanhado por um conjunto de problemas relacionados ao não-gerenciamento desse acervo. A documentação acumulada de forma desordenada nos diversos arquivos judiciais causa prejuízo aos jurisdicionados, pois geram demora no acesso às informações contidas nos processos judiciais. A má utilização dos recursos públicos é outro aspecto importante dos problemas, a guarda indevida de documentos desprovidos de valor legal, administrativo, fiscal, histórico ou informacional resulta na incessante busca por novos espaços que acomodem tamanha massa documental e na demanda de manutenção de toda a infraestrutura relacionada aos arquivos judiciais. Os principais objetivos do Proname contemplam a integração dos tribunais, a padronização, a melhora dos processos de trabalho, bem como a preservação e a divulgação dos documentos de valor histórico.



GARANTIA
DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS



Ainda hoje nos debatemos com dificuldades para identificar as efetivas condições jurídicas de nossa população carcerária. E a todo momento a imprensa noticia casos que chocam a todos, como os de menores recolhidos em prisões de adultos e outros atentados inadmissíveis às garantias individuais dos cidadãos. Acredito que nessa seara o Conselho, com sua capacidade de análise e de crítica, atuará em parceria com os demais órgãos públicos responsáveis, de forma a mudar de vez essa triste realidade.

Ministro Gilmar Mendes – Discurso de Posse em 26 de março de 2008

A Presidência do CNJ tem como uma de suas importantes diretrizes a plena aplicação e o respeito aos direitos e garantias fundamentais. O Brasil tem muito a melhorar nesse aspecto, principalmente em função das condições de higiene e salubridade existentes nas carceragens e presídios nacionais. O Conselho também atua em prol das crianças e adolescentes, por meio do Cadastro Nacional de Adoção e do programa Nossas Crianças. Além disso, defende a questão da violência doméstica contra a mulher, com a efetividade da Lei Maria da Penha.

REDE DE PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS (REDIR)

A “Rede de Promoção e Defesa de Direitos Fundamentais (Redir)”, do CNJ, definiu as diretrizes que vão traçar o cronograma de trabalho. O programa Redir consiste na formação de uma rede de relacionamentos entre entidades e Orga-

nizações Não-Governamentais (ONGs) que possuem atuação voltada para a defesa de direitos fundamentais. Dessa forma, será possível estabelecer parcerias, estimular a troca de informações e favorecer o acesso destas instituições ao Poder Judiciário. O Redir pretende potencializar as ações dessas organizações que atuam no âmbito dos direitos fundamentais, como defesa da mulher, pessoas com deficiência ou direito de crianças e adolescentes, entre os vários outros.

RADIOGRAFIA DO SISTEMA CARCERÁRIO

Diagnósticos revelaram número desproporcional de presos provisórios

O elevado número de presos provisórios (191.949) no Brasil é desproporcional, o que dificulta a correção no sistema carcerário. Dos 446 mil presos no país, o percentual de provisórios é de 42,97%, contra 57,03% de presos condenados (254.738). Uma radiografia

do sistema carcerário do Brasil foi apresentada no 2º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Belo Horizonte, pelo juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Erivaldo Ribeiro dos Santos.

A partir dos mutirões carcerários promovidos pelo CNJ nos últimos meses, e da análise da situação em todos os Estados, foi possível traçar um diagnóstico das deficiências do sistema. Além de superlotação dos presídios em todos os Estados, não há separação de presos condenados e provisórios, falta assistência jurídica, ocupação para os presos, educação e capacitação profissional e pessoas que continuam presas após o cumprimento das penas.

O relatório revela também que o déficit de vagas nas penitenciárias aumentou de 97 mil, no ano 2000, para 156 mil em 2008. Em relação a outros países, o Brasil também se destaca desfavoravelmente. Há 229 presos para cada grupo de 100 mil habitantes. A seguir, vem

Portugal, com 117 apenados e depois a Grécia, com 99 presos para cada 100 mil habitantes, segundo dados de 2007. Na comparação com outros países da América do Sul, com dados de 2006, o Brasil (213) também está à frente da Argentina (154). Com dados de 2008, perde para o Chile, com 293, contra 235 do Brasil.

Para este ano, o CNJ vai intensificar a adoção de medidas para minorar os problemas do sistema carcerário e programou, para este primeiro semestre, seminários nacionais e regionais com corregedores de Justiça, juizes das varas de execução penal e criminal e representantes do Poder Executivo. Ainda no primeiro semestre, está prevista a implantação de mais varas eletrônicas de execução penal, a exemplo das já instaladas no Maranhão e no Rio de Janeiro.

Mutirões carcerários e campanha Começar de Novo

O CNJ já realizou mutirões carcerários nos seguintes Estados: RJ (três vezes), Piauí (duas vezes), Pará e Maranhão. Estão programados até o próximo mês, outros dois mutirões nos Estados de Alagoas e Amazonas. Os próximos, após os de Alagoas e Amazonas, serão realizados no Acre, em Goiás e no Mato Grosso.

O objetivo dos mutirões é intensificar a análise dos processos para agilizar o julgamento dos casos. Até agora, 1.817 presos foram libertados graças ao trabalho realizado pelo Conselho no Maranhão, Piauí e Pará. Além do CNJ, os mutirões contam com o apoio da Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunais de Justiça dos Estados. De acordo com o juiz auxiliar da presidência do CNJ, Erivaldo Ribeiro dos Santos, ainda não há o número exato de processos a serem averiguados. Contudo, ele afirma que a intenção é manter um acompanhamento contínuo. “Para que o sistema prisional seja constantemente monitorado”, justifica.

Nos mutirões, o CNJ procura analisar processos de apenados provisórios e condenados, além de promover inspeções em cadeias. Está prevista ainda a instalação de postos de advocacia voluntária nos Estados, bem como de

Varas de Execução Criminal Virtual. Também são firmados convênios que possibilitem a reinserção social dos egressos do sistema prisional.

Além dos mutirões, o CNJ vem realizando uma campanha institucional, o Programa Começar de Novo, voltado para a promoção da ressocialização dos presos. A iniciativa procura sensibilizar para este tema os demais órgãos judicantes e, por consequência, toda sociedade brasileira. Em fevereiro, o próprio Supremo Tribunal Federal deu o exemplo e passou a contar com a atuação de quarenta pessoas sentenciadas, egressas de prisões, que trabalharão de seis a oito horas por dia dando suporte administrativo ao Tribunal por até um ano.

O primeiro curso do programa “Começar de Novo” se encerrou em fevereiro no Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas do Maranhão (Crisma). As 22 participantes do curso de corte e costura, promovido pelo Serviço Nacional de Indústria (Senai) com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), receberam certificado e mostraram o trabalho que desenvolveram durante o curso.

Nesta semana, o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Mattos, entregou ofício ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, no qual apresenta a relação dos magistrados federais interessados em participar, voluntariamente, do “Mutirão Integrado do Sistema Carcerário”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça em vários Estados. A lista possui 26 nomes de juizes federais de 12 Unidades da Federação.

Soluções

A Presidência do CNJ tem fomentado iniciativas para aperfeiçoar a situação do sistema prisional no país e para elaborar mecanismos de constante monitoramento.

Nesse sentido, implementou-se um conjunto de medidas, fruto do diagnóstico dos mutirões carcerários e das propostas feitas por magistrados no I Seminário de Execução Penal, realizado em setembro

do ano passado. As medidas incluem:

- Realização dos Mutirões de Execuções Penais;
- Informatização e automação das Varas de Execução Penal, para melhor organizá-las;
- Desenvolvimento de campanha institucional, com repercussão em todo o país, denominada “Começar de Novo”, cujo objetivo é sensibilizar a população sobre a indispensável ressocialização do ex-presidiário;
- Recomendação aos tribunais para que promovam ações que visem à recuperação social de presos e de egressos do sistema prisional;
- Deliberação por parte da Comissão de Estudos do Sistema Prisional no sentido de coletar dados sobre normas dos Tribunais de origem para formatar regras uniformes de procedimento de interdição de casas prisionais;
- Acordo entre o CNJ e o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), o qual prevê a realização de cursos de capacitação profissional aos presos de todo o país;
- Acordo entre o CNJ e o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen-MJ) que permite o compartilhamento de informações, a cooperação tecnológica e o desenvolvimento de funcionalidades no Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen) para aprimorar o controle informatizado de dados sobre a população carcerária;

RESOLUÇÃO PARA CONTROLAR PRISÕES TEMPORÁRIAS É APROVADA

Diante da situação de descabro do sistema carcerário, o Conselho aprovou, em janeiro, a edição de uma resolução para controlar as prisões temporárias no país. A medida foi proposta pela conselheira Andréa Pachá e confirmada pela maioria dos conselheiros.

De três em três meses, os magistrados deverão encaminhar dados às corregedorias sobre a situação das prisões temporárias.

A resolução vai criar mecanismos para que o Conselho tenha dados estatísticos da quantidade de prisões temporárias existentes no país. Além disso, permitirá que os juízes e tribunais acompanhem com mais controle e precisão os prazos referentes às prisões temporárias.

O Brasil possui um número elevado de prisões temporárias: o Maranhão com 74% dessas prisões, Bahia 73%, Minas Gerais 72% e Amazonas com cerca de 67%. “A realização desse controle é fundamental para garantir que as prisões sejam feitas de forma regular. Nos mutirões carcerários realizados nos Estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Piauí e Pará, foram soltos 1.400 presos que estavam em situação irregular.

NÚCLEO DE ADVOCACIA VOLUNTÁRIA

Núcleo de Advocacia Voluntária no MA faz mais de 300 atendimentos em um mês

Mais de trezentos atendimentos em um mês. Esse é o balanço do primeiro mês de funcionamento do Núcleo de Advocacia Voluntária (NAV), instalado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no presídio de Pedrinhas, em São Luiz (MA), no dia 10 de fevereiro deste ano.

O projeto, cujo objetivo é prestar orientação jurídica gratuita aos presos, foi aprovado pelo CNJ no início deste ano. O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) já deu início à estruturação dos serviços de assistência jurídica voluntária. Com a medida, advogados e acadêmicos do curso de Direito poderão cadastrar-se e prestar assistência jurídica gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

A assistência jurídica voluntária auxiliará as ações que o Poder Judiciário quer implementar para diminuir o número de presos provisórios no prisional de Alagoas. A maioria da população carcerária no Estado não tem condições de arcar com as despesas de um advogado para acompanhar seus processos, agilizando as ações e impetrando recursos que possam garantir a liberdade do acusado.



CAMPANHA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO PARA O REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO

A Campanha Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, ocorreu entre os dias 17 de novembro e 17 de dezembro do ano passado em todos os Estados do país.

Durante esse período, tribunais, hospitais, delegacias, centros comunitários e governos trabalharam em conjunto com o objetivo de sensibilizar os cidadãos sobre a importância e a necessidade de tirar o documento.

O Amazonas atingiu 10.766 pessoas na Campanha Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento, realizada de 17 de novembro a 17 de dezembro do ano passado. Mais de 1.400 registros de nascimento durante campanha nacional em ES, RJ, RS e RR. Um total de 1.446 pessoas, que não possuía certidão de nascimento, adquiriu o documento nos Estados do Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo (ES), Roraima (RR) e Rio Grande do Sul (RS), durante o Movimento Nacional pelo Registro Civil.

Um total de 6.822 pessoas do Mato Grosso (MT) e do Mato Grosso do Sul (MS), que antes não possuía registro civil, agora já conta com uma certidão de nascimento.

A certidão de nascimento, que normalmente deve ser feita nos 15 primeiros dias de vida da criança, é o documento que oficializa a existência do indivíduo e funciona como a identidade formal do cidadão. Ela é essencial para garantir o acesso a benefícios governamentais, como vacinas e a matrícula em escolas. O registro civil de nascimento é gratuito para todas as idades, inclusive para os adultos que ainda não o possuem.

NOSSAS CRIANÇAS

Conselho consolida parcerias para assegurar direitos de crianças e adolescentes

Visando garantir a efetividade do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) foram desenvolvidas diferentes ações:

- Realização, em julho do ano passado, do Seminário “O Judiciário e os 18 Anos do ECA”, o primeiro a reunir o Judiciário para discutir o Estatuto.
- Lançamento, em agosto, do Programa “Nossas Crianças, um Dever de Todos”, para promover ações direcionadas à efetivação dos direitos garantidos nas leis brasileiras para crianças e adolescentes. A campanha pretende reunir aproximadamente 200 entidades de todo o Brasil, desde Tribunais de Justiça e Ministério Público até movimentos sociais, organizações não-governamentais, universidades e grupos comunitários. Foram firmados convênios com entidades como o Governo do Distrito Federal, SESI

e a Fundação Abrinq para efetivar os objetivos do Programa, que contou com o apoio dos jogadores da seleção brasileira de futebol e da CBF.

- Implementação do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), que disponibiliza dados sobre as crianças aptas à adoção, bem como o de pretendentes. Depois que as Varas da Infância e da Juventude passaram a utilizar o cadastro, o tempo médio de habilitação para a adoção foi reduzido em até 69%. Segundo estimativas iniciais, algumas Varas da Infância e da Juventude em nosso país passaram a concluir seus processos de adoção em menos de 60 dias.

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, iniciou este ano assinando dois termos de cooperação técnica para a promoção dos direitos das crianças e adolescentes. As parcerias com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e com a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) tratam de ações conjuntas para estudos e pesquisas referentes ao tema.

Além de informações necessárias à realização dos estudos, cada órgão vai fornecer a troca de subsídios técnicos e a definição de estratégias para a implementação, aprimoramento e sistematização das atividades necessárias à promoção dos direitos. Os dados resultantes das parcerias vão alimentar um banco de dados para o Programa Nacional de Promoção de Medidas Protetivas à Infância e Juventude e de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, gerenciado pelo CNJ e que, na prática, corresponde a um braço do programa “Nossas Crianças, Um Dever de Todos”, lançado em outubro passado pelo CNJ.

Para o ministro Gilmar Mendes, o CNJ tem como prioridade realizar iniciativas que objetivam consolidar políticas judiciais em favor da infância e da juventude no Brasil. Ele ressaltou que o CNJ vai trabalhar para garantir a instalação das Varas da Infância e Juventude em todos os municípios brasileiros.

O Conselho vai estimular ainda a criação de centros integrados de atendimento à infância e à juventude nos Estados. A iniciativa deverá se tornar uma meta

para os tribunais, que poderão buscar parcerias por meio de convênios.

MARIA DA PENHA

O programa pela Efetividade da Lei Maria da Penha do CNJ busca incentivar o cumprimento e facilitar a aplicabilidade da Lei, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Em junho, o CNJ, em parceria com a Enfam, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e com a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, discutiu o programa/Conteúdo Mínimo para que as Escolas Estaduais de Magistrados realizassem cursos de capacitação de magistrados quanto aos termos alusivos à Lei Maria da Penha.

Também foi assinado Termo de Cooperação com o Ministério da Justiça, que permitiu a destinação de 22 milhões de reais do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) para a criação e melhoria de organismos de defesa dos direitos da mulher vítima de violência doméstica e familiar e também para a assistência jurídica a presos e familiares em 13 Estados.





A efetividade e a aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) serão discutidas no final de março em Brasília. O Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) preparam para o dia 30 de março a realização da 3ª Jornada de Trabalhos sobre a Lei. O evento será aberto pelo presidente do CNJ, ministro Gilmar Mendes.

Durante o encontro, será anunciado o número das varas especializadas em violência doméstica e familiar que

foram criadas após a edição da Lei. A criação dessas varas está prevista na Lei 11.340 e é uma medida recomendada aos tribunais pelo CNJ. O aumento do número dessas varas foi um dos compromissos assumidos pelos participantes da 2ª Jornada, realizada em março de 2008.

No Maranhão, por exemplo, a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luis está em funcionamento há um ano e possui cerca de 350 processos em tramitação. O objetivo da criação dessas varas é inibir a prática de violência contra as mulheres e atuar também com a recuperação dos agressores, visando à rea-

bilitação familiar. A estrutura das varas conta com assistentes sociais, comissários de menores e psicólogos.

JUIZADOS NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL

Implantação de juizados especiais criminais em estádios será incentivada pelo CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai incentivar os tribunais de Justiça dos Estados a criarem Juizados Especiais Criminais nos estádios de futebol. O compromisso foi assumido pelo corregedor Nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, ao assinar acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Esporte, CNJ, Ministério da Justiça, Confederação Brasileira de Futebol e Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

CONFLITOS AGRÁRIOS

Conselho recomenda prioridade para conflitos fundiários nos tribunais

O pleno do Conselho aprovou a Recomendação nº 22, destinada aos tribunais e às varas de Justiça para priorizar demandas jurídicas que envolvem conflitos fundiários. O presidente do CNJ, ministro Gilmar Mendes, afirmou que esse passa a ser um dos focos da ação do Conselho, tendo em vista a importância e a gravidade do assunto. O ministro informou que será criado um grupo de trabalho para acompanhar essas demandas com os tribunais.

Os tribunais devem fazer um levantamento rigoroso sobre os processos relacionados com o conflito agrário que tratam de problemas de reintegração, desapropriação e de casos ligados a crimes decorrentes desse tipo de conflito. A intenção do CNJ é priorizar a questão a exemplo do que tem sido feito em outras áreas, como a penal.

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO





Deve-se dar a ênfase necessária à elaboração de políticas judiciárias abrangentes que resultem na modernização do Judiciário, eliminando-se, assim, gradualmente, as gritantes disparidades notadas entre juízos e tribunais dos estados federativos, até compreensíveis, num país-continente como o nosso.

Uma das maneiras de atingir tais propósitos é dar continuidade ao processo de informatização total dos órgãos jurisdicionais, amalgamando-os em uma só rede virtual. O chamado processo eletrônico, a par do substancial barateamento e simplificação que proporciona, permitirá o acesso direto às informações, em atendimento ao fundamental princípio da publicidade, tão caro às sociedades verdadeiramente democráticas.

Ministro Gilmar Mendes – Discurso de Posse em 26 de março de 2008

PARA ATENDER MELHOR O CIDADÃO, MAIS FERRAMENTAS PARA O JUIZ DE PRIMEIRO GRAU

O CNJ está elaborando um plano integrado de informatização para o Judiciário.

Para isso, o Conselho definiu um conjunto de ações voltadas para a informatização do Judiciário. As atividades estão em plena execução.

A integração tecnológica da Justiça trará um grande benefício ao cidadão, aquele que o cidadão que necessite da Justiça. poderá ir a qualquer tribunal, seja ele militar, trabalhista, estadual ou eleitoral, e ter a sua demanda atendida. Neste sentido, o CNJ e os Poderes Judi-

ciário e Executivo de Minas Gerais assinaram termos de cooperação técnica para integrar as justiças do Estado;

No que diz respeito aos investimentos em tecnologia, será dada prioridade a Justiça de primeiro grau. Isso significa que o CNJ deve destinar mais equipamentos e definir também sistemas informatizados para que haja uma melhora no nível de eficiência dos trabalhos que são feitos pelos juízes de primeira instância.

A exemplo disso está a criação ou disseminação de ferramentas voltadas para o trabalho dos magistrados, tais como:

VARAS DE EXECUÇÃO PENAL

A ferramenta, que substitui a utilização de papel, facilitará o acompanhamento dos

processos criminais na capital garantindo maior agilidade no trâmite processual. A implantação do processo eletrônico faz parte do trabalho que o CNJ realiza com vistas ao aperfeiçoamento das Varas de Execuções Penais (VEP) em todo o Brasil. A VEP de João Pessoa será a terceira do país a contar com o acesso eletrônico dos processos criminais, já instalado em Aracaju (SE) e Belém (PA).

A adoção do processo eletrônico pelas Varas de Execução Penal está na Recomendação n° 20 do CNJ, que também orienta os Tribunais a proporcionar o intercâmbio de experiências, além da regionalização das Varas de Execuções Penais. A virtualização das varas contribui para garantir a aplicação da lei de execução penal, como também para modernizar o Judiciário brasileiro.

INFOJUD

O Sistema de Informações ao Judiciário (Infojud), utilizado por 34 tribunais todo o país, facilita o acesso dos juízes aos dados referentes à renda e ao patrimônio dos réus dos processos judiciais. Desde a sua criação em meados de 2007, 362.384 pedidos tramitaram pelo sistema eletrônico, concernentes a declarações de Imposto de Renda, de Imposto Territorial Rural (ITR), de Operações Imobiliárias, entre outros documentos.

O Infojud é imprescindível para o Judiciário e para a efetividade das decisões judiciais, sobretudo no que tange as execuções de sentença. Esse sistema permite aos órgãos da Justiça fazer requisições judiciais de informações protegidas por sigilo fiscal por meio da internet, com garantia de segurança, de sigilo e de confidencialidade das informações.

A ferramenta pode ser utilizada somente pelos representantes do Poder Judiciário, mediante cadastro prévio. Para garantir a segurança das informações, os usuários devem possuir obrigatoriamente certificado digital. Dados cadastrais de réus, declarações de imposto de renda e informações econômico-fiscais de pessoa jurídica correspondem à quase totalidade (98%) das informações prestadas até hoje por esse sistema eletrônico.

RENAJUD

Lançado pelo CNJ em agosto do ano passado, fruto de um acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério das Cidades e o Ministério da Justiça, essa ferramenta confere mais celeridade à prestação do serviço jurisdicional.

Em um mês, 66.353 registros foram computados no Renajud, sistema on-line que interliga o Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), permitindo a restrição judicial de veículos em tempo real. O levantamento se refere aos registros feitos entre 22 de fevereiro e 21 de março deste ano no sistema. Desse total, 5.416 resultaram em restrições de circulação, transferência e licenciamento de automóveis diversos, cujos proprietários possuem

pendências com a Justiça.

O número de registros deste mês supera em cerca de 30% o computado no período anterior (de 22 de janeiro a 21 de fevereiro), que foi de aproximadamente 51 mil. Atualmente quase a totalidade dos tribunais do país já aderiu ao Renajud. A ferramenta possibilita o acesso de magistrados e servidores do Judiciário ao Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), permitindo identificar a propriedade de veículos e a efetivação de ordens judiciais de restrição em todo o território nacional.

A Justiça do Trabalho é a principal usuária do Renajud. Do final de fevereiro até hoje, os tribunais trabalhistas realizaram 57.870 registros no sistema, dos quais 4.510 resultaram em restrições de veículos. A Justiça Estadual é a segunda maior usuária, com 6.747 registros e 780 restrições. Os tribunais federais, por sua vez, contam com 1.736 registros de utilização do sistema no período e 126 bloqueios de veículos. O Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP) – TRT 15ª Região – é o recordista na utilização do Renajud, sendo responsável por quase 24% (15.669) do total de registros efetuados por todos os ramos do Judiciário no mês analisado. Na Justiça Federal, o principal usuário é o TRF da 3ª Região (888 registros), enquanto na Estadual o recordista é o TJ do Rio Grande do Sul (1.575 registros). Os Tribunais de Justiça do Espírito Santo, Ceará, Sergipe, Rio de Janeiro e São Paulo são os únicos que ainda não aderiram ao sistema.

SISTEMA DE BENS APREENDIDOS

Mais de 541 mil bens apreendidos este ano

Balço divulgado pelo Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), coordenado por uma equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgou que, somente este ano – no período entre o início de janeiro e a última sexta-feira (14/03) –, a Justiça brasileira determinou a apreensão de 541.738 bens, entre carros, barcos, aviões e pedras preciosas. Um patrimônio cujo va-

lor é estimado em, aproximadamente, R\$ 57 milhões. Os bens apreendidos são os seguintes: uma aeronave, quatro imóveis, 1.224 veículos, 1.975 pedras e metais preciosos, seis itens referentes a material biológico e 32,2 mil armas.

Hoje a Polícia Federal, em suas megaoperações, apreende uma quantidade enorme de bens como embarcações, carros, imóveis de luxo, aeronaves e obras de arte, que ficam à disposição da Justiça sem que se saiba qual será o depositário e, quem vai controlar os bens. Ademais, a legislação não permite a alienação antecipada, ficando a destinação de tais bens a critério de cada juiz.

Com o sistema, tal realidade poderá mudar. As estatísticas que o SNBA apresenta são fundamentais para que o Brasil continue participando dos organismos internacionais de combate ao crime organizado e para facilitar mudanças na legislação que garantam a utilização dos valores bloqueados e dos bens apreendidos no próprio combate ao crime.

VARAS DE EXECUÇÃO FISCAL

Atualmente, grande parte das ações que correm na Justiça estão relacionadas à execução fiscal, gerando um custo elevado para o Judiciário. A virtualização desses processos poderá dar efetividade às decisões dos juízes que lidam com o tema. Com o intuito de fomentar a solução tecnológica para as execuções fiscais nos estados, o CNJ conta com a participação, de um grupo formado por servidores, juízes e procuradores dos Tribunais de Justiça do Acre, Pernambuco e Amazonas.

Processo caro - Hoje o caminho da dívida até a sua cobrança pela justiça é longo e oneroso, conforme o exemplo do município de Florianópolis, em que há projeto de virtualização da execução fiscal. Uma vez processado o débito do contribuinte em dívida ativa, é enviada uma Certidão de Dívida Ativa (CDA) para a Procuradoria. Na Procuradoria, o processo é analisado e recebe uma petição em três vias, que são encaminhadas para o Tribunal de Justiça, onde o juiz verifica o processo e o despacha. É feito então um mandado de citação, enviado

ao oficial de justiça, que procura o contribuinte para regularizar a situação.

BACENJUD

Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) e o sistema Bacenjud permite aos juizes bloquear contas bancárias em casos, por exemplo, de penhora de bens, de pensões alimentícias não pagas, ou em situações de desvios de recursos públicos.

Os dados servem de subsídios para que o CNJ desenvolva sistemas que agilizem o julgamento dos processos. O diagnóstico apontou as carências dos tribunais nessa área e possibilitará a definição de soluções e prioridades.

No campo tecnológico de desenvolvimento e/ou aplicação de sistemas informatizados que combatem a morosidade processual foi dado prosseguimento ao processo de informatização dos órgãos jurisdicionais, por meio da

e ações do CNJ na área de tecnologia da informação foram os seguintes:

- Criação do Comitê Nacional de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário;
- Investimento em compatibilização entre os sistemas informatizados existentes no Judiciário, para gerar interoperabilidade;
- Portal do Conselho Nacional de Justiça.



SERVIÇOS DE VIDEOCONFERÊNCIA

O Estado da Bahia será, dentro de pouco tempo, um dos primeiros a contar com varas criminais interligadas simultaneamente por videoconferência. Serviço esse, realizado pelo Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária (Ipraj) e pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) com o apoio do CNJ.

SISTEMA PARA OS TRIBUNAIS

Criado no segundo semestre do ano passado, o Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário (CGTI) apresentou em fevereiro diagnóstico que mostra a situação do Judiciário brasileiro em relação à informatização.

doação de equipamentos de informática, bem como do suporte aos tribunais que não dispõem de recursos financeiros, além da disseminação do processo eletrônico, também conhecido como Sistema CNJ ou Projudi.

O Sistema proporciona elevado grau de transparência ao Judiciário, pois facilita as consultas e o acesso a processos em curso na Justiça. Em 2008, o Sistema CNJ já estava funcionando em pelo menos um Juizado ou Vara de 19 Tribunais de Justiça. Em 4 de dezembro de 2008, existiam 238.675 processos distribuídos por meio eletrônico em 168 varas no universo de juizados cíveis e criminais, varas de família, varas de execução fiscal, varas cíveis e criminais e turmas recursais.

Além do Projudi, os principais projetos

O Portal foi desenvolvido em “sistemas de uso livre” com diversas soluções tecnológicas pioneiras em arquitetura da informação e acessibilidade.

- Padronização Taxonômica das Tabelas Básicas de Classes, Movimentações e Assuntos, que visa racionalizar o fluxo dos processos bem como possibilitar o aproveitamento, pelas instâncias superiores, das informações processuais dos sistemas de 1º e 2º graus de jurisdição.
- Numeração Única para Identificação do Processo Judicial tem por objetivo estabelecer que o número destinado a um processo permaneça idêntico do início ao fim da tramitação. A padronização de identificadores por meio de uma numeração única de processos para todo o Poder Judiciário per-

mite a identificação fácil e rápida da localização processual pelo simples conhecimento de sua numeração. Estabeleceu-se a data limite de 31 de dezembro de 2009 para a implantação da numeração única.

- Padronização dos Endereços Eletrônicos do Poder Judiciário visa facilitar o acesso dos internautas às páginas da Internet do Poder Judiciário. Ela permite uma vinculação mais ágil e intuitiva dos endereços eletrônicos. O padrão “jus.br” já está plenamente operante.

- Acervo de Soluções Tecnológicas do Poder Judiciário (Banco de Soluções) reúne um acervo completo e abrangente dos sistemas de informação em operação ou em desenvolvimento para o aperfeiçoamento da administração da justiça e da prestação jurisdicional. Existem atualmente nove programas disponíveis no Acervo de Soluções Tecnológicas, cinco deles inseridos em 2008.

- Rede Nacional do Judiciário prevê uma solução integrada de rede de comunicações entre as unidades do Poder Judiciário com tráfego de dados, voz e imagem. Engloba o Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Conselho da Justiça Federal (CJF), os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT's), os cinco Tribunais Regionais Federais (TRF's) e os 27 Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios (TJ's). A ligação de todos esses sítios já foi efetuada ao longo do ano de 2008, e a transmissão de dados entre todas as supracitadas unidades já se encontra em condições de operar. A tecnologia Voz/IP estão em fase final de instalação. Já se realizaram bem sucedidos testes de videoconferências entre o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Federais.

- Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa pretende reunir em um único banco de dados as informações do Poder Judiciário sobre as sentenças definitivas proferidas em ações de improbidade administrativa em desfavor de pessoas físicas e jurídicas, a fim de garantir o acesso, a integração e o compartilhamento dos dados.

- Projeto E-JUD foi consolidado por meio de acordo de Cooperação entre o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais. O projeto encontra-se na fase final de levantamentos dos requisitos funcionais do Sistema. O objetivo principal é centralizar, em uma única base de dados, os processos da Justiça Federal para permitir

- Sistema Malote Digital (Sistema Hermes) realiza a comunicação oficial e de mero expediente entre os órgãos que compõem a Justiça. As funcionalidades dessa comunicação já foram testadas entre o Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho. A expectativa é de que ele esteja plenamente operante em 2009 em todo o Poder Judiciário, ainda este ano.

- Padronização de cartórios - o Sistema Integrado Nacional de Registro Civil (Sirc) será implantado no Estado do Piauí. A partir do dia 6 de abril, uma equipe, integrada por juizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e representantes de Associações de Notários e Registradores, estará no Estado trabalhando pela instalação do Projeto. O projeto Sirc busca a padronização e informatização nos cartórios de registro civil. Esses cartórios são responsáveis por emissão de certidões de nascimento, óbito e de interdição. A implantação do Sirc no Piauí será feita com o apoio da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg); Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-BR), bem como de associações de notários e registradores dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.



TRANSPARÊNCIA PARA A SOCIEDADE



UNIDADE MÓVEL
Expressão
CENTRO DE ORIENTAÇÃO SOCIOEDUCATIVA



Atividade
Energia

Ação

atividades



Ao maximizar a aplicação do princípio da transparência, possibilitando a avaliação, sob todos os aspectos, da atividade jurisdicional, o CNJ revela-se também como entidade de defesa e proteção de todos os juízes.

Ministro Gilmar Mendes – Discurso de Posse em 26 de março de 2008

TRANSPARÊNCIA E LEGALIDADE

O Conselho Nacional de Justiça é um dos poucos órgãos públicos que se aproxima, de fato, do conceito de accountability, segundo o qual quem desempenha funções de importância na sociedade deve regularmente explicar o que está fazendo, como faz, por que faz, quanto gasta e o que vai fazer a seguir.

O Conselho, pelas suas próprias atribuições constitucionais, é o órgão capaz de fazer a autocritica tanto interna quanto ao próprio judiciário brasileiro. Nos últimos doze meses, mais do que prestar contas em termos quantitativos, o Conselho foi capaz de autoavaliar suas ações, de dar a conhecer as suas vitórias e explicar seus rumos e seus resultados para a Sociedade e demais órgãos governamentais.

A clareza na tomada de posições é uma marca inconfundível das decisões do CNJ. A fala do presidente do Conselho, Ministro Gilmar Mendes,

nas entrevistas constantes que concede à Imprensa, aponta para as providências que serão tomadas. E estas não demoram a aparecer.

A questão agrária, o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, a defesa dos direitos individuais ganharam a agenda do Judiciário justamente porque foram objeto de ações concretas da presidência do CNJ. Para rechaçar os abusos e corrigir distorções, o Conselho baixou novas regulamentações, criou grupos de trabalho, chamou a sociedade civil e os atores do Judiciário para debater e trabalhar juntos.

Enquanto vem combatendo o nepotismo e promovendo a melhoria da gestão do Judiciário, o CNJ também marcou posição contra medidas que iam contra o interesse público. O caso dos cartórios extrajudiciais exemplifica. O Conselho aprovou Nota Técnica pugnando pela rejeição da Proposta de Emenda Constitucional nº 471/2005, que pretende efetivar na titularidade das serventias extrajudiciais pessoas interinamente designadas para responder por

elas, até o provimento por concurso público de ingresso ou de remoção.

Entendeu-se, no caso, que a Emenda estaria divorciada do princípio republicano da universalidade da obrigatoriedade do concurso público como condição única para acesso a funções públicas de caráter permanente. Em mais uma Nota Técnica, o Conselho posicionou-se desfavoravelmente à emenda constitucional que permite a efetivação de servidor ocupante de cargo efetivo, em exercício há mais de três anos no órgão requisitante.

Outra situação emblemática foi a dos grampos telefônicos, que levou o Conselho a editar a Resolução nº 59, em setembro do ano passado. A medida buscou disciplinar e uniformizar as rotinas de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário. A normatização foi uma resposta rápida à desconfiança social com o número declarado na mídia de grampos realizados. Constatou-se que não existem excessos nos grampos autorizados judicialmente.

TRABALHO DOS MAGISTRADOS

Além de disponibilizar sistemas que dão maior efetividade às decisões dos juízes, o Conselho também se preocupou nos últimos meses em aprimorar o trabalho dos magistrados. Neste sentido, aprovou o Código de Ética da Magistratura Nacional, que traz orientações para a conduta dos juízes brasileiros. Entre elas, ressalta-se a determinação para que o magistrado evite comportamento de autopromoção em publicação de qualquer natureza, não opine sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outro juiz, e denuncie qualquer interferência que limite sua independência. O Código alerta que o magistrado deve primar pela pontualidade dos atos processuais para oferecer à população respostas em prazo razoável. Estabelece, ainda, que atenta à dignidade do cargo a discriminação injusta ou arbitrária contra pessoa ou instituição.

O CNJ estabeleceu normas para afastamento de magistrados para fins de aperfeiçoamento profissional e regulamentou a função de juiz de paz prevista no artigo 98, inciso II, da Constituição Federal. Em outra decisão, solicitou aos magistrados de varas criminais para que evitem os termos utilizados nas operações policiais em atos judiciais, devido à generalização da prática de se adotar denominações de efeito em investigações ou operações policiais.

Está em curso, ainda, a confecção do manual especial para padronização dos procedimentos adotados por todos os



juizados especiais do país, material que está sendo elaborado por uma comissão instituída em janeiro passado com previsão de término para abril. O manual, que deverá ser adotado por todos os tribunais, terá como objetivo unificar e uniformizar atos e procedimentos dos cartórios dos juizados especiais em funcionamento no país. A publicação já é amplamente discutida e contará com a colaboração de representantes de todos os Estados brasileiros.

A sociedade também está sendo ouvida pelo Conselho Nacional com o objetivo de editar uma resolução que vai mudar os critérios de realização de concursos públicos para o ingresso na magistratura. Críticas e sugestões estão sendo colhidas para o texto que pretende uniformizar e aprimorar a seleção dos juízes brasileiros. A consulta pública estará disponível, na página do CNJ na Internet, até o próximo dia 7 de abril.

DECISÕES DO CNJ

- **VIAGENS DE CRIANÇAS** - Padronização da interpretação legal e procedimental dos requisitos e exigências necessários para a entrada e saída do país de crianças e adolescentes;
- **AJUDA HUMANITÁRIA** - Recomendação aos Tribunais para destinarem os recursos recebidos em transações penais para auxílio humanitário às vítimas das enchentes em Santa Catarina;
- **NEPOTISMO** - Desconstituição de todas as nomeações de parentes de membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas que ocuparem cargos em comissão no Tribunal de Justiça;
- **SERVENTIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS** – Privatização de todas as serventias extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, na medida em que seus titulares deixarem seus respectivos cargos.
- **DEPÓSITOS JUDICIAIS** - Nulidade total do processo seletivo realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e do convênio firmado com o Banco Bradesco S.A. e realização de licitação, na modalidade



de concorrência, apenas com estabelecimentos de crédito oficiais, para a concessão da administração dos depósitos judiciais.

- **DIÁRIO OFICIAL – PUBLICIDADE**. Determinação que o tribunal se abstenha da prática de publicação no Diário de Justiça de notícias ou entrevistas de matérias que não digam respeito objetivamente à atividade administrativa e judiciária.
- **DIREITO DE GREVE**: Determinação que o tribunal, no caso de disciplinar a questão da greve dos seus servidores, ajuste suas normas administrativas às demais normas legais vigentes, notadamente ao Código de Organização Judiciária do Estado e à Constituição Federal, respeitando o entendimento jurisprudencial que o Supremo tem conferido à matéria.

Comunicação com a sociedade

A sociedade pode acompanhar o trabalho desenvolvido pelo CNJ, por meio do endereço eletrônico www.cnj.jus.br, no qual é disponibilizado o acesso virtual às sessões do Conselho, além de noticiário diário sobre o órgão. Tais informações também são encontradas no programa diário de rádio “Gestão Legal”, no programa semanal de TV “Sessão CNJ”, transmitidos pela Rádio Justiça e TV Justiça.

O desafio de manter uma comunicação permanente e eficaz com a socie-

dade vai mais além e está presente nos projetos e programas desenvolvidos pelo Conselho. Montes Claros (MG) e Teresina (PI) já possuem uma Casa de Justiça e Cidadania, programa que é um exemplo do processo de integração interno do Judiciário, e deste com a sociedade. O programa foi criado pelo Conselho com a proposta de integrar instituições públicas e privadas em espaços com múltiplas funções. São centros de trabalho voluntário para promover assistência judiciária, prestar informações sobre serviços públicos, oferecer cursos profissionalizantes e palestras com vistas à prevenção de situações de violência doméstica, sexual e de dependência química, além de educação para o voto, saúde pública, cidadania e desenvolvimento social.

O objetivo das Casas é complementar a atuação estatal e ser capaz de proporcionar às comunidades carentes meios de capacitação profissional, educação, inserção social, informações sobre serviços públicos, conhecimentos sobre cidadania, direito, saúde, assistência judiciária voluntária e mecanismos para a solução de conflitos.

Com esta mesma preocupação, foi que o CNJ e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) acertaram parceria para facilitar acesso à Justiça para as micro e pequenas empresas, por meio de métodos alternativos de resolução de conflitos.

O Sebrae fará inicialmente uma pesquisa nacional, que definirá o número de empresas conflitos no Judiciário e o impacto social e financeiro nessas empresas. O levantamento irá gerar um diagnóstico para a formulação de alternativas para o setor.

Ao aprovar o seu Regimento Interno, no último mês de fevereiro, o Conselho também buscou maior aproximação com os cidadãos, além de proporcionar maior celeridade ao trabalho do próprio órgão. Entre as alterações, está a eleição de um conselheiro ouvidor, que vai reunir elogios, críticas e sugestões da sociedade em relação ao CNJ, além de coordenar as ouvidorias dos tribunais.

O novo Regimento também permite ao relator antecipar o seu voto e aumenta a

sua competência para questões que não precisam da análise do plenário. A antecipação do voto deve permitir ao advogado oferecer argumentos, garantindo o melhor julgamento do caso.

O que demonstra o quanto a população passou a perceber e confiar mais no Conselho foi o fato de que aumentou em 150% a procura pela Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no último mês de janeiro. Um crescimento recorde em relação à média mensal de 532,5 atendimentos, registrada no ano passado. De julho a dezembro de 2008, a Ouvidoria do CNJ recebeu um total de 3.195 demandas dos cidadãos. Já em 2009, só no primeiro mês do ano, foram atendidas 1.353 demandas.

O aumento pelos serviços da Ouvidoria foi decorrente da entrada em vigor do novo portal eletrônico do CNJ, no final do ano passado, que ampliou a divulgação da Ouvidoria com a colocação do link em destaque na página de abertura. Além de responder ao cidadão, a Ouvidoria explica como formalizar uma petição ao CNJ, principal dúvida dos usuários, e esclarece as competências do CNJ e da Corregedoria Nacional de Justiça e a composição do Conselho.

Comunicação com o Judiciário

Os magistrados contam, daqui por diante, com um novo canal de comunicação disponibilizado pelo CNJ. Trata-se do Boletim do Magistrado, lançado neste mês de março e que é enviado, às sextas-feiras, por via eletrônica, para juízes, desembargadores e ministros do Judiciário brasileiro.

O informativo, que levará ao seu público-alvo as principais notícias da semana do CNJ, começa com a veiculação para 7.400 magistrados. A intenção é reduzir as distâncias entre os representantes do Judiciário, diante das diversidades regionais observadas no país.

Para facilitar o acesso às decisões mais recentes sobre a jurisprudência do CNJ, os magistrados contam também com o Boletim Mensal de Jurisprudência, disponível no portal (www.cnj.jus.br). A segunda edição do Boletim contém as ementas da 78ª e 79ª sessões plenárias do Conselho.

O CNJ também lançou a “Rede de Comunicação do Judiciário”, iniciativa que englobará várias ferramentas de comunicação com vistas a integrar todo o Judiciário brasileiro – formado hoje, por 116 órgãos, entre conselhos, tribunais superiores e tribunais federais e estaduais.

O intuito é possibilitar a tais instituições a troca de informações, imagens e arquivos que ajudem no melhor cumprimento de seus planejamentos estratégicos. Na prática, o trabalho consiste na criação de dois fóruns virtuais. O primeiro, voltado para o intercâmbio entre os diretores gerais dos órgãos do Judiciário. E o segundo, entre os assessores de Comunicação. Dessa forma, com o novo canal, as instituições do Judiciário serão estimuladas a executar seus planejamentos estratégicos por intermédio da troca de informações práticas entre os responsáveis por sua execução e o compartilhamento de estratégias e conteúdos.

Mais de 200 pessoas já se cadastraram nos fóruns de discussão on-line intitulados Gestão Ambiental, Gestão Documental e Justiça em Números, criados pelo CNJ. Disponíveis desde janeiro deste ano no portal do Conselho, os três fóruns incentivam o debate e a coleta de sugestões de servidores e dirigentes do Judiciário, Executivo e Legislativo para aprimorar projetos relacionados a essas áreas de atuação. De lá para cá, foram postadas mensagens com críticas, sugestões e opiniões sobre mais de cinquenta assuntos relacionados a meio ambiente e gestão de arquivos da Justiça.



RELAÇÃO DE EVENTOS - MARÇO 2008 A MARÇO 2009

MARÇO - Período: 26/03/2008						
Semana	Dia	Horário	Assunto	Local	Participantes	Demandante
Quarta	26/03	11h30	Solenidade de posse do presidente do CNJ, Ministro Gilmar Mendes	Plenário do CNJ	500 pessoas Convidados conforme Lista Procolada	

ABRIL – Período: 01/04/2008 a 30/04/2008						
Semana	Dia	Horário	Assunto	Local	Participantes	Demandante
Terça	08/04	10h	60 ° Sessão Ordinária	Plenário CNJ		
Quarta	16/04	10h	Reunião preparatória para o lançamento do Cadastro Nacional de Adoção	Sala de Lanches	Comitê-Gestor	
Segunda	28/04		Lançamento do Cadastro Nacional de Adoção	Plenário do CNJ		
Terça	29/04	10h	61 ° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		

MAIO – Período: 01/05/2008 a 31/05/2008						
Semana	Dia	Horário	Assunto	Local	Participantes	Demandante
Terça	13/05	10h	63 ° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Terça	27/05	14h	Assinatura Convênio PGR (sobre PROJUD) parceria com CNMP.	Plenário CNJ (antes da Sessão)	Drª Andréa Aberto ao público	
Terça	27/05	10h	63 ° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Terça	27/05	14h	Assinatura Convênio PGR (sobre PROJUD) parceria com CNMP.	Plenário CNJ (antes da Sessão)	Drª Andréa Aberto ao público	
Sexta	30/05	14h	Reunião do Cadastro de Adoção	Plenário do CNJ	Comitê-Gestor e Técnicos (informática e outros envolvidos no processo) dos TJ's – aprox. 50 participantes	
	30/05	17h	Palestra "Trabalhando em Equipe" de Mário Queiroz Pierre Filho.	Sala de Sessões da 1ª Turma - STF	Dr. Barroso (SG) Servidores, prestadores de serviço e estagiários do CNJ – aprox. 100 participantes	

JUNHO – 01/06/2008 A 31/06/2008						
Semana	Dia	Horário	Assunto	Local	Participantes	Demandante
Terça	10/06	10h	64 ° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Terça	24/06	10h	65 ° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Terça	24/06	10h às 12h	Justiça Aberta - Ranking dos Juizes	Sala de Sessões da 1ª Turma	200 participantes (corregedores e presidentes dos TJ's; TRT's, TRE's, TRF's; TJM's, TSE, TST, CJF, STJ)	Corregedoria – Dr. Murilo Kieling
Quarta	25/06	10h às 18h	1º Dia Tabelas Processuais	Sala de Sessões da 1ª Turma	120 pessoas (servidores dos TJ's, TRT's, TRE's, TRF's, STJ, TST, CJF)	Dr. Rubens
Quinta	26/06	10h às 18h	2º Dia Tabelas Processuais	Plenário do CNJ	120 pessoas (servidores dos TJ's, TRT's, TRE's, TRF's, STJ, TST, CJF)	Dr. Rubens
Sexta	27/06	10h às 18h	Numeração Única de Processos	Plenário do CNJ	120 pessoas (servidores e/ou magistrados dos TJ's, TRT's, TRF's, TJM, STJ, TST, CJF, TSE, STM)	Dr. Rubens

JULHO: PERÍODO 01/07/2008 A 31/07/2008

Semana	Dia	Horário	Assunto	Local	Participantes	Demandante
Quarta	09/07	10h	Evento do ECA	Sala de Sessões da 1ª Turma	(enviados 630 convites, estimado presença de 150 pessoas aproximadamente)	Dr. Francisco Budal e Drª Sandra
Quinta	10/07	16h	Posse de Analistas do CNJ	Plenário CNJ		Francisco Mota Budal
Quarta	23/7	9h /17h	Reunião do Comitê Gestor do CNA	Plenário CNJ	Comitê Gestor	
Terça	29/7	10h	65 ° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Terça	29/7	14h	Assinatura de Convênios – Sistema Hermes Ações estratégicas na área da tecnologia da informação	Plenário CNJ		Dr. Rubens

AGOSTO – 01/08/2008 A 31/08/2008

Semana	Dia	Horário	Evento/Assunto	Local	Participantes	Demandante
Terça	12/5	10h	67° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Sexta	15/08	14h	Posse de 19 servidores	Plenário	Servidores locais e convidados dos empossandos (aproximadamente 80 pessoas)	Dr. Alvaro
Terça	19/8	14h	Grupo Previdenciário	Sala de Lanche	Procuradores do INSS, Ministério da Previdência, AGU (aproximadamente 15 pessoas)	Dra. Andréa, Dr. Erivaldo
Quarta	20/8	14h	G-Adote	Plenário	Participantes: Dr. Antonio Silveira, Dr. Luiz Carlos, Dra Cristina, Dr. Francisco (aproximadamente 6 pessoas)	Dra. Andréa, Dr. Erivaldo
Segunda	25/8	9 às 18h	ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO	Brasil 21	Presidentes de todos os Tribunais e Tribunais Superiores (170 pessoas)	Min.Gilmar, Dr. Álvaro, Drª Gabriela
Terça	26/08	10h	68° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Terça	26/8	13h45 às 14h45 (confirmar)	Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica – Sistema Renajud (CNJ; Ministério da Justiça; Ministério da Cidade)	Plenário	Ministério da Justiça, Ministério das Cidades e Presidentes dos Tribunais da Justiça, Federal e do Trabalho (aproximadamente 70 pessoas)	Dr. Rubens
Terça	26/8	14h	Assinatura de Convênio do TJDF (Sistema de acompanhamento de Execução Penal)	Plenário (Sessão)	TJDF (aproximadamente 15 pessoas)	Min.Gilmar, Dr. Alvaro, Dr. Erivaldo

SETEMBRO – 01/09/2008 a 30/09/2008

Semana	Dia	Horário	Evento/Assunto	Local	Demandante	Participantes
Segunda	08/09	17h	Posse do Ministro Dipp como Corregedor	Plenário do CNJ		
Terça	09/09	14h	69 ° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
			Assinatura de acordo do sistema de acompanhamento de Execução Penal com o TJDFT. Solenidade oficial, com apresentação			
Quarta	10/09	14h	Continuação da Sessão do dia anterior	Plenário do CNJ		
Quinta	11/09	9h30	Seminário de Execução Penal- coordenado pelo Juiz Auxiliar Erivaldo Ribeiro (seminário Nacional com oferecimento de almoço e traslado)	ESMAF	Ministro Gilmar Mendes	Juízes de Varas de Execução Penal e de Varas Criminais com experiência em execução penal (aproximadamente 90 pessoas)
Segunda	12/09	10h30	Lançamento do CNA em cinco Estados (Acre, Goiás, Amazonas Roraima, Paraíba e Rio Grande do Norte) coordenado pelo Juiz Auxiliar Paulo Tamburini		Ministro Gilmar Mendes	
Quinta	15/09	14h	Enccla coordenado pelo Juiz Auxiliar Rubens Curado	Plenário do CNJ	Juiz Auxiliar Rubens Curado	
Quarta	17 a 19/09	9h	Curso de Formação do CNJ para os funcionários internos coordenado pela Noeme	Plenário do CNJ	Subsecretaria de Gestão de Pessoas	Servidores do CNJ
Quarta	17/09	9h30	Encontro Regional do Judiciário – Coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJ PA (Belém)	Conselheiro Mairan Maia	Pres dos TJ e TRE do AP, PA e MA, Auditor da 8ª CJM, TRTs das 8ª e 16ª (9 pessoas)
Sexta	19/09	8h30	Encontro Regional do Judiciário - Coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJ AM (Manaus)	Conselheiro Mairan Maia	Pres dos TJ e TRE do AC, AM e RO e RR, Auditor da 12ª CJM, TRTs das 11ª e 14ª (11 Pessoas)
Terça	23/09	10h	70° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Quarta	24/09	9h às 18h30	I Seminário de Responsabilidade Socioambiental no Poder Judiciário Coordenado pelo Fábio Mirto	Sala da 1º Turma	DPJ	Representantes de todos os Tribunais e Tribunais Superiores aproximadamente 150 pessoas
Quinta	25/09	9h30	Desdobramento do Encontro Regional – Coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJ DFT	Conselheiro Marcelo Nobre e Conselheiro Antonio Umberto	Pres dos TJ e TER do DFT e TO, TRF 1ª, Auditor da 11ª CJM, TRT da 10ª
Terça	30/09	10h	70° Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		

OUTUBRO – 01/10/2008 A 31/10/2008

Semana	Dia	Horário	Evento/Assunto	Local	Demandante	Participantes
Quarta	01/10	10h às 16h	Reunião do Comitê do Cadastro Nacional de Adoção	Plenário do CNJ	Andréa Pachá	Comitê
Quinta	09/10	10h as 18h	Encontro Regional do Judiciário no TJ e TRE de Minas Gerais Coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJMG		Pres dos TJ, TRE MG, TRT 3ª, TJM MG, auditoria da 4ª CJM,
Domingo	12/10	09h	Projeto Anjos do Amanhã Coordenado pelo Juiz Paulo Tamburini	Esplanada		Governador DF, Pres. TJDFT, Juiz da Vara Infância e Juventude
Segunda	13/10		Reunião da Meta 08 e 09 do Encla coordenado pelo Juiz Auxiliar Dr. Rubens	Plenário do CNJ	Juiz Auxiliar Rubens Curado	
Segunda	13/10		Encontro Regional do Judiciário TJ e TRE do Rio Grande do Sul Coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJRS	Conselheiro Antonio Umberto	Pres dos TJ RS, TRE RS, TRF 4ª, TRT 4ª, TJM RS, auditoria da 3ª CJM, Associações Cons. Antonio Umberto, Dra. Gabriela
Quarta	15/10		Encontro Regional do Judiciário TJ's e TRE's dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro Coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJRJ	Conselheiro Antonio Umberto e Joaquim falcão	Pres dos TJ e TRE de RJ e ES, auditoria da 1ª CJM, TRT 1ª, 17ª e TRF 2ª
Quarta	15/10		Audiência pública na Bahia		Min. Gilmar Mendes	
Quinta	16/10	14h	Primeira Reunião do Comitê de Informatização do Judiciário.	Plenário do CNJ.	Dr. Alvaro	
Segunda	20/10		Encontro Regional do Judiciário TJ's e TRE's dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás Coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJMT	Conselheiro José Adônis e Felipe Locke	Pres dos TJMT, MS e GO, TRE MT, MS e GO, TRT 18ª, 23ª, 24ª, auditoria da 9ª CJM
Terça	21/10		72 º Sessão Ordinária Assinatura do convênio com SEBRAE	Plenário do CNJ		
Terça	21/10		Mutirão Carcerário no Maranhão			
Terça	28/10	14h	Reunião da Meta 09 do Encla coordenado pelo Juiz Auxiliar Rubens Curado	Sala de lanches	Rubens Curado	
Quarta	29/10		Encontro Regional do Judiciário TJ's e TRE's dos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte Coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJRN	Conselheiro Tércio Lins e Mairan Maia	Pres dos TJRN, PI e CE, TRE RN, PI e CE, TRT 7ª, 21ª, 22ª, auditoria da 10ª CJM
Quarta	29/10	13h às 18 h	Master do sistema RENAJUD -	Plenário CNJ-		
Quarta	29/10	14h	Reunião Projeto Justiça Colaborativa – Casas de Cultura Jurídica.	Sala de lanches	Dra Andréa Pachá	
Quinta	30/10	9h às 9h30	Visitação ao CNJ – Rondônia IESUR -recebidos pelo Conselheiro Marcelo Nobre			Estudantes da IESUR

NOVEMBRO – Período: 01/11/2008 a 30/11/2008

Semana	Dia	Horário	Evento/Assunto	Local	Demandante	Participantes
Segunda	03/11	09h	Encontro Regional do Judiciário do TJ e TRE dos Estados da BA, SE e PB coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJ BA	Conselheiro Rui Stoco e Mairan Maia	Pres. dos TJ e TRE BA, SE e PB auditoria da 6ª CJM, TRT 5ª, 20ª e 13ª
Terça	04/11	14h	73º Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
			Apresentação relacionada a exploração do menor	Plenário do CNJ	Dra. Andréa	
Terça	04/11	14h	Apresentação relacionada a exploração do menor	Plenário do CNJ	Dra. Andréa	
Quarta	05/11	9h às 18h	Reunião com estatística, assessores de comunicação e juizes da Conciliação	ESMAF	Dr. Buzzi, Dra Mariella, cons. Andréa Pachá	Juizes, Assessores de Comunicação e representantes de estatística
Quinta	06/11	08h30min às 18h	Encontro Regional do Judiciário TJ e TRE de São Paulo coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJSP	Conselheira Andréa Pachá e Mairan Maia	Pres. dos TJ e TRE SP, TRF 3ª, TRT 2ª e 15ª, auditoria da 2ª CJM, TJM SP
Segunda a Quinta	03 a 06/11		II Congresso Ibero-americano sobre cooperação Judicial – Justiça Digital	CHILE	Gilmar Mendes, Cesar Asfor Rocha, Luis Felipe Salomão Roberto Jorge de Carvalho	
Segunda	10/11	14h	Reunião Projeto Justiça Colaborativa – Casas de Cultura Jurídica	Sala de Lanches	Dra Andréa Pachá	
Terça a sexta	11 a 14	19h30	IV Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (CONBRASCOM) Que terá como tema central: "Novas Tecnologias e a Democratização da Informação na Justiça". O VI Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça e o VI Encontro Nacional da Rádio e TV Justiça, com uma previsão de público de 300 pessoas.	Acontecerá no auditório da Justiça Federal Florianópolis/SC Rua Arcipreste Paiva, 107 - Centro.		O CONBRASCOM 2008 levará a Florianópolis os principais nomes da Justiça e da Comunicação Brasileira, ligados às Assessorias de Comunicação do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, Ministros, bem como magistrados, procuradores e promotores de Justiça, além de estar aberto aos estudantes universitários. O Conselho Nacional de Justiça fará à realização do Painel A institucionalização do Poder Judiciário- Conselheira Andréa Pachá, Andréa Mesquita, Marcone Gonçalves.
Terça	11/11	8h30 às 18h	Encontro Regional do Judiciário do TJ e TRE do Paraná e Santa Catarina coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJ SC	Conselheiro Joaquim Falcão / Felipe Locke	Pres. dos TJ e TRE de PR, SC, auditoria da 5ª CJM, TRT 9ª e 12ª
Quarta a sexta	12 a 14/11	13h	FONAG - Fórum Nacional de Juizados Especiais	Florianópolis	Gilson Dipp, Andréa Pachá e Ricardo Chimento	Magistrados, profissionais e estudantes de Direito

Segunda	17/11	8h30 às 18h	Encontro Regional do Judiciário do TJPE e AL Associações, coordenado pela Juíza Gabriela Albuquerque	TJPE	Cons. Rui Stoco, Mairan Maia, Jorge Maurique, Paulo Lobo, Marcelo Nobre, Joaquim Falcão	TJPE e AL, TRE PE e AL, TRF 5ª, TRT 6ª e 19ª, auditoria da 7ª CJM, Associações.
Terça	18/11	10h	74ª Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Segunda / Sexta	17/11 a 17/12		Mês do Registro Civil de nascimento			
Terça	18/11	14h	Assinatura do convênio do TJMG com o CNJ	Plenário do CNJ		
Terça	18/11	13h	Min. Gilson Dipp vai divulgar o balanço das escutas telefônicas	Plenário do CNJ		
Quinta	20/11	13h	Audiência pública no Maranhão	TJMA	Gilson Dipp	
Segunda e Terça	24/11 e 25/11		II Seminário Judiciário e Imprensa	TJES - salão Pleno do TJES	Antônio Umberto e Andréa Pachá	

DEZEMBRO: 01/12/2008 a 31/12/2008

Semana	Dia	Horário	Evento/Assunto	Local	Demandante	Participantes
Segunda	01 a 05/12		Semana Nacional da Conciliação			
Segunda	01/12	9h	Assinatura do Termo de Cooperação Técnica CNJ/FIESP			Assinam o Termo: CNJ (Ministro Gilmar Mendes), Fiesp (Presidente Paulo Skaff), TRF 3ª (Desemb. Marli Marques Ferreira), TRT 2ª (Desemb. Decio Sebastião Daidone), TRT 15ª (Luiz Carlos de Araújo), TJ-SP (Roberto Antônio Vallim Bellocchi) e (Câmara de Mediação e Conciliação da Fiesp (CAM-Fiesp) (Desemb. Márcio Martins Bonilha).
Segunda	01/12	9h	Lançamento da Semana de Conciliação Termo de Cooperação com a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça	Estádio do Pacaembu		
Terça	02/12	14h	75ª Sessão Plenária Ordinária	Plenário do CNJ		
			Entrada em operação do Sistema de Informações do Cadastro Nacional de Improbidade	Plenário do CNJ		
			Assinatura de convênio Termo de Adesão ao Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa I, II, III.	Plenário do CNJ	Conselheiro Felipe Locke	
			Assinatura de convênio Termo de Adesão ao Cadastro Nacional de Adoção	Plenário do CNJ		
			Convênio com o Banco Central do Brasil I, II com a presença do presidente Henrique Meireles.	Plenário do CNJ	Dr. Rubens	
			Aprovação da resolução Única de processos	Plenário do CNJ		
			Entrada em operação do Sistema informatizado de informações sobre as autorizações para interceptação telefônica	Plenário do CNJ		
		16h20	Lançamento do Infojuris	Plenário do CNJ	Rui Stoco	

Sexta	05/12	18h	Encerramento da Semana Nacional de Conciliação	<i>Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Saguão do 1º andar. End.: Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 - Centro Político e Administrativo - Cuiabá / MT - Tel.: 65.3648.4145</i>		Ministro Gilmar Mendes Desembargador João Carlos Ribeiro de Souza - Presidente do TRT 23ª Região (65.9983.5847) Desembargador Paulo Lessa - Presidente do TJ/MT Juiz José Pires - Diretor do Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal = Representante do Ministério Público Estadual (A CONFIRMAR) = Representante do Ministério Público Federal (A CONFIRMAR) = Representante do Ministério Público do Trabalho (A CONFIRMAR) = Dra Gabriela Silva – Juíza auxiliar do CNJ.
Terça a sexta	09 a 19/12	9h	Mutirão do Sistema Carcerário nos tribunais- PI e PA	Presídios de Belém e Teresina	Dr.Erivaldo e Dr.Paulo	Ministro Gilmar Mendes (a confirmar), Juizes Auxiliares Erivaldo Santos e Paulo Tamburini
Terça	09/12	14h	Audiência pública no Tribunal de Justiça Militar	TJ Militar		Ministro Dipp e juizes auxiliares
Sexta	12/12/2008	8h	Lançamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Judiciário	Conselho Nacional de Arquivos CONARQ – Praça da República, nº 173 – Centro – Rio de Janeiro	Dr. Alvaro	Min. Gilmar, Servidores do Tribunais que trabalham com arquivos
		9h30	Assinatura do Termo de Cooperação Técnica – CNJ e CONARQ e Lançamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME			
Terça	16/12	14hs	76º Sessão Plenária Ordinária	Plenário do CNJ		
			Resolução do Sistema de Bens Apreendidos.	Plenário do CNJ	Dr. Rubens	
			Assinatura do convênio do Termo de Cooperação com a ABRINQ	Plenário do CNJ	Dr. Alvaro	
			Termo de Cooperação com o SESI	Plenário do CNJ		
			Assinatura do Termo de Cooperação com Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN	Plenário do CNJ		Assinam: CNJ (Ministro Gilmar Mendes) Depen (Diretor-geral Airton Aloisio Michels)
			Termo de Cooperação com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e Confederação Nacional da Indústria - CNI	Plenário do CNJ		Assinam: CNJ (Ministro Gilmar Mendes) *O Termo já estará assinado pelos demais signatários, haverá um representante do SENAI e CNI.
Terça	16/12	14h	Assinatura do termo de adesão ao Termo de Cooperação Técnica firmado entre o CNJ e o Tribunal de Justiça de Sergipe, cujo objeto é a cessão do Sistema “VEC Virtual”, pelos Tribunais de Justiça da Paraíba, Piauí, Pará, Maranhão e Bahia	Plenário do CNJ		CNJ (Ministro Gilmar Mendes) , Presidentes dos Tribunais de Justiça da Paraíba, Piauí, Pará, Maranhão e Bahia e Presidente do TJ Sergipe anuindo com a adesão
			Resoluções e Recomendações acerca do Sistema Carcerário	Plenário do CNJ		Assina: CNJ (Ministro Gilmar Mendes) Dr. Erivaldo

Quarta	17/12	9h	Inspeção e Audiência Pública	Tribunal de Justiça do Pará		Participam: Ministro Dipp e Juizes auxiliares
		10h	Relatório Final da 3ª Semana pela Conciliação			CONSELHEIRA ANDRÉA PACHÁ.

JANEIRO – Período: 01/01/2009 a 31/01/2009

Semana	Dia	Horário	Assunto	Local	Participantes	Demandante
Terça-feira	27/01	14h	77ª Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Sexta-feira	30/01		Instalação da 2ª Vara de Processo Eletrônico de Execução Penal			

FEVEREIRO – Período: 01/02/2009 a 28/02/2009

Semana	Dia	Horário	Assunto	Local	Participantes	Demandante
Segunda	02/02	14hs	Inauguração da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, no Plenário da Câmara dos Deputados			
Quinta	05/02		Reunião da Comissão de informação do Judiciário			
Segunda	09/02		Abertura da 1ª reunião da força-tarefa e Instalação do Núcleo de Advocacia voluntária na penitenciária de Pedrinhas			
Terça	10/02	14h	78ª Sessão Ordinária			
Quarta a sexta	11 a 13/02		Cúpula Ibero-americana de Cortes Constitucionais, realizada na cidade do México			
Segunda	16/02	09 às 18hs	2ª Encontro Nacional do Poder Judiciário	Ouro Minas Hotel	Presidentes de todos os Tribunais e Associações	

MARÇO – Período: 01/03/2009 a 31/03/2009

Semana	Dia	Horário	Assunto	Local	Participantes	Demandante
Terça	03/03	10h	79ª Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Sábado	07/03	19h	4º Centenário do TJ/BA	Salvador - BA		Secretaria-Geral
Quinta	12/03	15hs	Visita do Presidente do STJ da Federação Russa	Secretaria-Geral		
Terça	17/03	10h	80ª Sessão Ordinária	Plenário do CNJ		
Sexta	20/03	16h	Assinatura do Termo para Criação da Casa de Justiça e Cidadania de Macapá	Justiça Federal de Macapá		

